



Nº 1136 - Semanal
0,50 •

SUPLEMENTO MOÇÕES
CONVENÇÃO NACIONAL

10 Janeiro 2002

ACCAO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director **António José Seguro** Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
Internet www.ps.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

RENOVAR A MAIORIA O NOSSO COMPROMISSO COM OS PORTUGUESES

A eleição do Secretário-Geral do Partido Socialista desenrola-se em circunstâncias invulgares e num período difícil para os socialistas.

A derrota eleitoral nas autárquicas, pela sua expressão e pelas suas consequências, não obstante se ter tratado de escolhas de base local e onde preservamos uma enorme base eleitoral, coloca-nos perante a necessidade de prepararmos o PS, em muito pouco tempo, para uma campanha eleitoral que todos assumimos como difícil e exigente.

Por outro lado, a instabilidade internacional e o abrandamento económico que é hoje uma realidade em diversas zonas do mundo não podem deixar de produzir um enorme impacto numa economia pequena e aberta como a nossa.

O PS apresenta-se a eleições legislativas depois de ter constituído dois governos sem maioria absoluta durante seis anos.

Durante este período o PS liderou a governação em desafios de enorme dificuldade e em que conseguimos resultados decisivos para o futuro de Portugal.

Também cometemos erros. É nossa responsabilidade percebê-los e tirar as necessárias consequências, para corrigir caminhos e enfrentar as dificuldades com seriedade, com sentido de responsabilidade e sem indulgências connosco próprios.

Por sermos, como sempre fomos, uma força política séria e responsável não negamos nem relativizamos as dificuldades e problemas que Portugal defronta.

Mas não iremos permitir que a ofensiva neoliberal e conservadora a que estamos a assistir nos responsabilize por dificuldades que a situação nos coloca a todos ou por debilidades estruturais que temos combatido com determinação.

O Partido Socialista deve apresentar-se às próximas eleições com o objectivo de renovar a maioria que os portugueses lhe concederam e deve fazê-lo empenhando-se seriamente na renovação da sua mensagem, dos seus métodos e da sua prática política.

Para isso queremos que o processo de eleição do Secretário-Geral e a Convenção Nacional se realize de seguida, sejam marcados por um debate aprofundado.

Nesse debate devemos privilegiar cinco pontos fundamentais: uma avaliação responsável e serena da prática política do PS e do Governo

da Nova Maioria; a renovação do programa de Governo, em consonância com a correcção dos erros cometidos e com as novas realidades económicas e sociais que defrontamos; a identificação de um conjunto de compromissos com os portugueses que traduzam as grandes prioridades de uma maioria renovada; a afirmação de uma estratégia eleitoral responsável que afirme a nossa vontade e determinação em continuar a assumir as responsabilidades governativas mas que, igualmente, apresente aos portugueses as condições que consideramos mais favoráveis para essa governação; a necessidade de mobilizar o Partido Socialista de forma unida e ambiciosa para o combate político que estamos a viver, mobilização que tem de assentar no assumir de responsabilidades por parte de todos os órgãos partidários, mas que, igualmente, tem de se orientar para a recuperação da nossa capacidade para trabalhar em conjunto com milhares de portugueses que querem connosco assumir esta batalha.

O PS COMO PARTIDO DA MODERNIZAÇÃO ECONÓMICA SOCIAL E POLÍTICA Falar verdade aos portugueses

Os portugueses vivem hoje uma situação de pessimismo e desconfiança, que tendo também fundamentos objectivos, é, em larga medida, desajustada da nossa realidade e geradora de um clima de fatalismo e desmobilização que apenas contribui para agravar os factores negativos da conjuntura que vivemos. É essencial que o discurso e a prática política contribuam decisivamente para ultrapassar esta situação.

Mas só o poderemos conseguir se falarmos a linguagem da verdade.

Falar a verdade implica que a situação do nosso país seja apresentada com clareza e objectividade, que as responsabilidades sejam assumidas com frontalidade e que as propostas políticas sejam igualmente claras e assumidas. O PS está disposto a fazê-lo sem receios em assumir o seu passado e sem hesitações sobre a necessidade de renovar as suas propostas. Portugal cresceu entre 1995 e 2001 por forma a aproximar-se da média da União mas o crescimento é inferior ao desejável e ao necessário para atingir o grande objectivo fixado de recuperar no espaço de uma geração

o atraso existente face à média da União Europeia.

Portugal conseguiu realizar o grande objectivo de fazer parte da UEM e esse resultado é a melhor garantia para enfrentar com estabilidade macro-económica os desafios do acréscimo da competitividade, mas as exigências de consolidação orçamental que advêm do pacto de estabilidade exigem um esforço mais intenso e rigoroso no controlo da despesa pública e uma continuada exigência na eficiência e moralização fiscal

Vivemos uma boa situação do mercado de trabalho e temos mantido elevados ritmos de investimento. Mas um clima de pessimismo e desconfiança que, embora potenciado pela crise internacional, possui igualmente raízes internas, ameaça a confiança dos portugueses nas suas capacidades e nos resultados do país no futuro próximo.

Produziram-se importantes e decisivos avanços no domínio da coesão social, mas a nossa sociedade mantém importantes bolsas de fragilidade e riscos de exclusão para segmentos relevantes das nossas comunidades

Acentuaram-se fenómenos de ruptura entre a sociedade e o sistema político, fenómenos significativamente agravados por decisões políticas pouco fundamentadas, sujeitas a demasiadas oscilações, e por um exercício do poder defensivo face à manifestação de interesses.

ASSUMIR COM ORGULHO AS REALIZAÇÕES DO PS E DA NOVA MAIORIA

Portugal melhorou desde 1995 e a situação nacional é, em múltiplos aspectos, mais favorável do que quando o PS assumiu responsabilidades de governo.

Afirmámo-nos com coragem e determinação no contexto internacional, assumimos as nossas responsabilidades em Timor, alcançámos importantes ganhos para Portugal no quadro da negociação do III QCA, exercemos, de forma por todos reconhecida como positiva, a Presidência da União Europeia

Temos forças militares e militarizadas em várias partes do mundo em importantes missões de paz.

Fazemos hoje parte do espaço do Euro após um enorme esforço nacional e após cumprirmos as metas que a U.E. fixou aos Estados Membros.

Demos passos decisivos para a estabilidade e a sustentabilidade da protecção social em Portugal a qual, é hoje, não só mais justa como mais equilibrada e orientada para beneficiar os mais desfavorecidos dos portugueses.

Lançámos as bases de um país territorialmente mais coeso e equilibrado reforçando o investimento nas regiões mais deprimidas, renovando a política de acessibilidades.

Criámos uma verdadeira política de combate aos terríveis efeitos da toxicod dependência, mudando radicalmente, não só a forma de responder a esta ferida social, como também os recursos a ela destinados.

Promovemos, a um ritmo sem precedentes no passado, uma convergência ambiental de Portugal com os países mais desenvolvidos do Mundo, conforme se confirma pela avaliação feita recentemente pela OCDE, sobretudo nos domínios do tratamento de resíduos, do saneamento básico e do abastecimento de água, mas também nas áreas da conservação da natureza e da integração da política de ambiente nas políticas sectoriais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvemos um política de investimento infra-estrutural a uma escala sem paralelo e com uma distribuição territorial mais justa, combatendo a litoralização do país, com sucessos já visíveis.

Promovemos a igualdade de oportunidades entre os cidadãos com destaque para o apoio à educação pré-escolar e para as políticas activas de apoio aos desempregados.

Começámos a construir uma nova relação entre o sistema de justiça e os cidadãos.

Assumimos a responsabilidade do Estado para com os cidadãos em áreas onde a lei não era cumprida (Finanças Locais e Segurança Social). Produzimos importantes avanços no domínio das políticas cultural e científica.

Dinamizámos a concertação social de forma determinada e ambiciosa tendo essa postura conduzido à celebração de importantes acordos com os parceiros sociais em áreas tão importantes como a Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, a Educação, Formação Profissional e Emprego e a Modernização da Protecção Social.

RECONHECER OS ERROS E OS INSUCESSOS

O balanço de seis anos de governo liderado

pelo Partido Socialista é por nós assumido com realismo. O reconhecimento dos nossos erros não nos pode levar a alienar muito do que construímos.

Temos consciência de que o Partido Socialista não soube preservar o capital de relacionamento com a sociedade que era herança dos Estados Gerais de 1995.

Frequentemente aquilo que é um importante instrumento para a governação – a busca do diálogo – foi confundido com um fim em si mesmo e com esta prática foi dada, por vezes, razão àqueles que nos acusavam de praticar uma política de navegação à vista.

Não foi atempadamente definida e prosseguida com determinação uma política eficaz para a intervenção do Estado como promotor de serviços públicos, continuando algumas empresas dessa área a não serem resolvidos de forma coerente e sustentável os seus problemas estruturais.

O PS e as suas estruturas fecharam-se sobre si mesmos, dificultando a construção de um partido moderno e renovado que fosse um eficaz instrumento de mobilização para os nossos objectivos estratégicos para o país.

Por vezes não se concretizou o necessário afrontamento a interesses instalados na nossa sociedade e dessa forma foi perdido, nalguns casos, o tempo exacto de introduzir mudanças em áreas fundamentais como as finanças públicas, a educação ou a saúde. Não afrontar com a vigor necessário a cultura de facilidade e de desresponsabilização que marca demasiados sectores da nossa sociedade, foi seguramente um dos factores que introduziu a desconfiança em áreas que constituem uma parte da nossa base de apoio.

Mas o PS governou sem uma maioria absoluta na Assembleia da República e é preciso que os portugueses percebam quanto a oposição revelou falta de responsabilidade e sentido de Estado. Se nos acusam de taticismo, e por vezes com razão, o que dizer de uma oposição que quase nunca esteve disposta a negociar, que nunca aceitou que em democracia a negociação se faz na base do programa de quem vence e que, quase sempre, preferiu a coligação negativa à negociação séria, especialmente nos últimos dois anos.

MOBILIZAR OS PORTUGUESES

Os portugueses têm de ter conhecimento dos seus problemas e têm de escolher as perspectivas para a construção do seu futuro. A nossa ambição de participar no núcleo duro da construção europeia requer a definição de posições próprias e desenvolvimento do debate público relativamente aos temas centrais da actual agenda europeia: política externa e de defesa comum, alargamento, reforma institucional, novas perspectivas financeiras, gestão macro-económica e as políticas de desenvolvimento económico e social consagradas pela estratégia europeia de Lisboa.

Para acelerarmos a convergência real ao nível económico e social, há escolhas políticas a fazer. A uma estratégia de modernização de inspiração neo-liberal, que quase se resume à defesa da redução da carga fiscal e da despesa pública e à desregulamentação generalizada, é de contrapor uma estratégia de modernização económica, social e política que põe o acento

na criação de novas capacidades por parte das empresas, do Estado, das pessoas e dos serviços públicos.

Portugal necessita de dar uma forte prioridade à construção de novos factores competitivos assentes na qualidade, na organização, na valorização dos recursos humanos, na gestão da conhecimento e da inovação. Não chega ter taxas de investimento elevadas, como Portugal tem tido, para obter acréscimos substanciais de produtividade. A forma de competir e o modelo de crescimento têm de ser outros, o que requer um processo persistente de construção de novas capacidades e competências, em que Portugal está claramente atrasado, até porque há pouca percepção deste problema. O Governo deve agir para acentuar a consciência da necessidade desta viragem.

Para concretizar um novo posicionamento competitivo de Portugal é fundamental intensificar o esforço de qualificação. Em particular, reforçar as vias profissionais para os jovens depois do ensino básico, abrir oportunidades de educação e formação mais flexíveis para os adultos e formar mais profissionais para os factores críticos de competitividade.

Esta estratégia de modernização tem a vantagem de estimular a criação de mais emprego qualificado, de ser mais compatível com a coesão social e de, ao elevar a taxa média de crescimento económico, facilitar a gestão macro-económica.

Por outro lado, a renovação da identidade nacional desempenha um papel crescente no reforço da atractividade do país para a captação de investimentos, para a participação em redes internacionais, para o estabelecimento de alianças, e para a valorização dos produtos nacionais nos mercados globais. **É importante lançar iniciativas para evidenciar, interna e externamente, a excelência que se produz em Portugal nas diferentes áreas: empresarial, tecnológica, científica, artística, social e ambiental.**

Estes desígnios são solidários da reafirmação da aposta no reforço da coesão nacional, na sua dupla vertente de coesão territorial e de coesão social. Ela desempenha um papel fundamental para a estabilidade social, a promoção da igualdade de oportunidades e a afirmação competitiva das regiões portuguesas. Para esta nova trajectória de desenvolvimento é necessária uma modernização ousada dos serviços públicos, assente não só na informatização e na resposta ao cliente, mas também numa melhor gestão estratégica dos organismos públicos sem a qual não é possível obter acréscimos substanciais de produtividade.

É também necessário o estabelecimento de uma relação com a sociedade civil mais assente na assunção dos problemas e dos desafios, na partilha de responsabilidades e na montagem de parcerias eficazes.

Possuímos hoje uma sociedade civil cada vez mais exigente para com o exercício do poder político, nomeadamente ao nível executivo.

É pois essencial que o Governo de Portugal desenvolva um relacionamento com a sociedade que valorize a assunção de responsabilidades por parte de todos os agentes económicos e sociais, possua uma relação clara e coerente com os diferentes

interesses que se manifestam na sociedade e concretize um programa simples e claro para o exercício e condução das políticas públicas.

É com base nestes princípios que o PS deve elaborar o seu programa eleitoral e de governo. É para esse debate que o PS se deverá mobilizar a partir de agora. A presente Moção é, também, um primeiro contributo para a renovação do nosso programa eleitoral.

CONVERGÊNCIA, COESÃO E CONFIANÇA - A RENOVAÇÃO NECESSÁRIA

O governo que o PS quer para Portugal deverá ter prioridades claras e grandes objectivos que subordinem toda a prática governativa.

O PS deverá desenvolver, no seu programa para as eleições três grandes objectivos: **acelerar a convergência real** com a união europeia; **aprofundar as políticas de reforço da coesão nacional**; mobilizar todas as políticas para restaurar a **confiança** dos portugueses no nosso futuro colectivo.

ACCELERAR A CONVERGÊNCIA REAL

Acelerar a convergência real impõe um esforço colectivo, que tem de ser assumido por todos os portugueses e onde as empresas, a sociedade civil organizada, o Estado e a administração pública terão de trabalhar em conjunto.

O PS desenvolverá as suas propostas para o reforço da convergência em torno de duas linhas fundamentais: o incremento da competitividade económica e a promoção da qualidade em todas as áreas da nossa sociedade.

O incremento da competitividade

É sabido que Portugal atingiu, entre 1995 e 2000, níveis de crescimento económico elevados em que o produto, a produtividade e o emprego cresceram acima da média comunitária. Foi possível assim atingir elevados níveis de emprego e igualmente melhorar o consumo das famílias de forma clara e, em muitos aspectos, irreversível. Continuamos, no entanto, a apresentar níveis de competitividade em amplas zonas da nossa economia distantes dos padrões necessários à sustentabilidade da convergência europeia. Por outro lado, o processo de modernização do nosso padrão de especialização económico, que deu passos importantes nos últimos anos, necessita de novos impulsos que acelerem a competitividade internacional de áreas cada vez mais diversificadas da nossa economia.

A intensificação do ritmo de crescimento da nossa economia, sempre fortemente influenciado pela conjuntura internacional, terá de apoiar-se, cada vez mais, em intensos acréscimos da produtividade em todos os sectores, esgotada que está a possibilidade de expandir o emprego a níveis significativos. Esta é, aliás, a única possibilidade de, de forma estrategicamente sustentável, continuar a melhorar o nível de vida dos portugueses e de aproveitar as nossas capacidades, integrando plenamente as novas gerações.

Estes acréscimos de produtividade só serão possíveis combinando três movimentos simultâneos: a atracção de investimento

externo em áreas produtivas e, preferencialmente, em actividades com elevados potenciais de arrastamento; a requalificação competitiva do nosso universo de PME, nomeadamente através dum mais intenso rejuvenescimento dos seus quadros técnicos; a racionalização da afectação de recursos no sector não exposto da economia que deve servir de importante factor criador de emprego mas não pode bloquear as necessidades de recursos humanos existentes nos outros sectores da economia.

As políticas públicas possuem um importante papel na promoção do crescimento económico mas não são o factor único desse processo.

Ao Estado deverá caber um papel centrado em três grandes direcções:

- favorecer a fixação nacional de investimento externo garantindo o quadro de atractividade suficiente, nomeadamente nos domínios fiscal e financeiro;
- promover as condições externas de competitividade empresarial, em particular aquelas que se prendem com as modernas condições de acessibilidades e comunicações, com o enquadramento administrativo e regulamentar;
- incrementar de forma acelerada a capacidade da gestão empresarial acompanhar as exigências do acréscimo de produtividade que a nossa economia necessita.

Deveremos, portanto, apresentar as nossas opções estratégicas mas igualmente, as propostas concretas que as viabilizem e credibilizem.

Nesta área, a título de exemplo das propostas que apresentaremos aos portugueses, o programa deve dar prioridade à política de desagravamento fiscal da criação de riqueza, à reorientação dos apoios directos ao investimento, bem como à renovação da legislação laboral tornando-a uma factor dinâmico de criação de emprego e riqueza respeitando os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

As políticas de reforço da competitividade das empresas e das regiões devem ser, naturalmente, políticas integradas onde os factores envolventes da realidade empresarial sejam devidamente valorizados, com destaque para a infra-estruturação pública, a qualificação dos recursos humanos e os apoios à inovação. Destaque particular deve merecer a modernização da Administração Pública bem como do Sistema de Justiça, cuja desburocratização e reforço de eficácia constituem hoje factores decisivos para a competitividade das economias.

No contexto de globalização da economia e de aceleração da integração Europeia, a afirmação duma superior capacidade da sociedade portuguesa de valorizar a aptidão científica das instituições públicas e privadas e de promover o crescimento da produção e dos consumos culturais, constitui factor decisivo para a modernização do nosso país.

A valorização do potencial científico tem de assentar na mobilização de toda a comunidade nacional. Nesta mobilização é essencial intensificar a internacionalização da comunidade científica bem como promover mais fortes articulações entre a Universidade

As instituições científicas e tecnológicas e entre as comunidades científica e empresarial.

O desenvolvimento científico e tecnológico do País não é apenas um imperativo para atingir objectivos como o crescimento das capacidades de estudar e de saber, o aumento da produtividade, o desenvolvimento da inovação, a abertura às oportunidades internacionais. Ele é também condição para a implantação de uma cultura de avaliação e de qualidade em Portugal. Tudo faremos para que o País acelere o seu desenvolvimento científico e tecnológico, agora que já conseguimos, nos últimos anos, superar a estagnação, progredir muito mais rapidamente que a média europeia e assumir consistentemente a ciência e a tecnologia como prioridade nacional. Concentraremos recursos neste desígnio, estimulando a qualidade, reforçando a formação e a inserção profissional das novas gerações, promovendo a cultura científica e tecnológica a todos os níveis, internacionalizando, e enraizando mais a ciência e a tecnologia na vida económica, social e cultural. Concentraremos, selectivamente, recursos na parceria com as empresas inovadoras, e na incorporação de engenharia e de trabalho científico e tecnológico nacional em grandes projectos de investimento, e estimularemos competitivamente a captação de investimento de maior intensidade tecnológica, nacional e estrangeiro.

Promover a qualidade

A convergência com a U.E. não é apenas resultado de dinâmicas de crescimento económico, embora estas constituam um motor essencial. A qualidade de vida dos portugueses é igualmente marcada pelo desempenho de um conjunto alargado de serviços, públicos e privados, que condicionam, de forma decisiva, a vida das famílias e dos cidadãos.

Apesar de, em algumas áreas, ser necessário, ainda, um reforço dos recursos financeiros afectos aos serviços prestados às famílias, o principal objectivo que o PS deverá fixar no seu programa eleitoral deverá ser a promoção da qualidade.

A promoção da qualidade é um desafio nacional que tem, igualmente, de mobilizar toda a sociedade portuguesa.

Um contrato para a promoção da qualidade deve ser estimulado, envolvendo particularmente a Administração Pública mas, igualmente, outros serviços prestados à família e à comunidade.

O programa do PS deverá apresentar propostas concretas relativamente à concretização deste desafio decisivo para a aceleração da convergência.

A título exemplificativo, deverá ser programada uma política de certificação da qualidade em áreas onde ela possui um papel fundamental para o bem estar da famílias (serviços à infância, aos idosos...), bem como, na área do ensino básico, deve implementar-se um programa progressivo de permanência dos jovens na escola depois do período lectivo.

Ainda no domínio da qualidade dos Serviços Públicos é necessária uma atenção especial ao Serviço Nacional de Saúde, vital para os cidadãos.

Os grandes problemas da Saúde em Portugal sintetizam-se em três dimensões: o elevado montante de recursos afectos a este sector, por relação com os nossos parceiros europeus; os importantes défices de qualidade no seu funcionamento; a desigualdade no acesso aos cuidados de saúde.

É certo que os níveis têm melhorado em quase todos os indicadores gerais de saúde, de doença e de morte, mas o sistema de saúde não pode alhear-se do facto de alguns indicadores específicos e importantes (sinistralidade, Sida, acidentes cardiovasculares) apresentarem dos piores valores europeus. O SNS tem de desenvolver programas e ganhos de eficiência que contribuam decisivamente para inverter o quadro português nas áreas referidas.

A resposta aos problemas e ineficiências referidos passa pela introdução de maior competição no funcionamento do sistema público de saúde. A complementaridade entre o público e o privado deve ser concebida como um instrumento útil no reforço da qualidade do SNS.

A política de saúde deve também ser norteadada pela necessidade de uma mais eficaz utilização dos seus recursos e não para uma continuada expansão desses recursos.

Uma política de saúde desenhada para os cidadãos, e não para os serviços, restaura a confiança dos portugueses no SNS, desenvolve a qualidade e a humanização dos cuidados e devolve a auto-estima aos profissionais.

Esta política de saúde tem de se estruturar em cinco direcções:

- Ampliar os ganhos de saúde dos portugueses, dando nova força à promoção da saúde, assegurando menos mortes prematuras e mais longa esperança de vida, menos doenças evitáveis e menor sofrimento. Isso consegue-se promovendo o reforço dos serviços de saúde pública e obtendo ganhos de eficácia, prioritariamente, na prevenção primária e secundária dos problemas prioritários.
- Aumentar a confiança dos cidadãos e o orgulho dos profissionais no SNS, intervindo prioritariamente na humanização, no acesso e no atendimento nos centros de saúde e nas urgências e completando a rede de hospitais, criando-os onde sejam necessários, e incentivando o desempenho com um sistema de retribuição proporcional à qualidade e produtividade.
- Melhorar a qualidade da despesa e combater o desperdício, através do controlo financeiro directo e da melhoria da responsabilização dos gestores, incluindo a responsabilização das administrações hospitalares no controlo da despesa farmacêutica; através da prescrição por denominação comum internacional ou nome genérico; introduzindo no SNS sistemas de informação qualificada e isenta, dirigidos aos clínicos com poder de prescrição, acerca dos indicadores de qualidade-preço do que prescrevem; alargando a contratualização com os hospitais.
- Investir na formação dos actuais e futuros profissionais, organizando, designadamente, parcerias com vista à maximização da eficiência da formação contínua e estabelecendo uma planificação das necessidades de formação inicial, tendo em vista a preparação do futuro.
- Incentivar o exercício da cidadania na saúde, de forma a que as estruturas de saúde,

designada e prioritariamente os hospitais, respondam também perante as comunidades directamente interessadas.

Outra direcção que merece especial atenção na promoção da qualidade dos serviços públicos é a do desenvolvimento da reforma da administração pública. Tal impõe, necessariamente, a adopção de medidas de renovação das políticas de pessoal capazes, não só de incentivar o mérito profissional, premiando, efectivamente, os melhores desempenhos, como também de atrair, para o desempenho de funções públicas, os melhores de entre os melhores.

Para tal importa empreender, por um lado, um indispensável processo de modernização e simplificação dos sistemas de carreiras existentes na administração pública, articulado com a necessária revisão dos sistemas de avaliação do desempenho e, por outro lado, a revisão do quadro regulador das relações de trabalho, tendo em vista a consagração do regime do contrato individual de trabalho como uma das formas de relação jurídica de emprego.

A qualidade deve ser também uma das prioridades nas áreas do emprego e do trabalho.

Para que Portugal seja um País em que se respeitam os direitos e se garante o cumprimento dos deveres económicos e sociais quer dos cidadãos, quer das empresas, é indispensável que a legislação laboral e a contratação colectiva de trabalho deem o contributo, que só elas podem dar, para que melhorem a qualificação e a qualidade do emprego, para que continuemos a ter um alto nível de emprego e para que sejamos capazes de, rapidamente, atingirmos os padrões europeus de produtividade e de equidade social, bem como, diminuir drasticamente a sinistralidade laboral.

Estes objectivos exigem que se reveja o quadro legal vigente e que se promova uma reforma da negociação colectiva que facilitem a adaptação das empresas e dos trabalhadores às incertezas e às flutuações dos mercados e às transformações tecnológicas, demográficas e sociais em curso.

A melhoria do acesso à formação, o reconhecimento da qualificação profissional e a inovação nos sistemas de classificação profissional, por um lado, e a organização e duração do tempo de trabalho, por outro lado, constituem dois dos domínios em que se impõe mudar para melhorar.

É igualmente neste domínio, a par do reforço das políticas de melhoria dos serviços à família, que se jogará um dos factores fundamentais para a superação das discriminações de género ainda prevalecentes na nossa sociedade.

APROFUNDAR A COESÃO NACIONAL

O reforço das políticas de coesão nacional, na dupla perspectiva da coesão territorial e da coesão social, é fundamental para assegurar a competitividade da economia portuguesa na EU e, consequentemente, a convergência real e o desenvolvimento.

Esta é, sem dúvida, uma das áreas em que os governos do PS souberam ser mais inovadores e eficazes, ao longo dos últimos seis anos. Cabe sublinhar o acerto estratégico das principais rupturas realizadas, com a introdução de

políticas de rigor por parte do Estado relativamente aos compromissos financeiros com as políticas de coesão, às políticas integradas de qualidade de vida para as cidades, ao progresso das políticas ambientais, à diferenciação positiva para as zonas deprimidas, à política de acessibilidades, para citar apenas os exemplos mais relevantes.

De facto, rejeitámos determinadamente práticas laxistas e pouco transparentes caracterizadas pelo incumprimento de importantes transferências financeiras decorrentes das leis das Finanças Locais, da Lei de Bases da Segurança Social e, por outro lado, pelo casuismo que envolveu no passado as transferências financeiras para as regiões autónomas.

A revisão destas leis criou um novo quadro de rigor no âmbito das obrigações do poder central e introduziu no quotidiano da política uma nova cultura de exigência que favorece o reforço e o desenvolvimento da coesão nacional.

Esses novos rigor e exigência são potenciados, no seu efeito de combate às desigualdades regionais, pela bem sucedida negociação que os governos do PS realizaram no âmbito do terceiro quadro comunitário de apoio (QCA III). As transferências asseguradas junto da União Europeia, por Portugal, até 2006, traduzem-se num reforço dos fundos comunitários dirigidos ao desenvolvimento regional e à correcção continuada de assimetrias entre o litoral e o interior.

Uma coesão territorial reforçada

No plano da Coesão territorial, a proposta do PS para o programa de governo para a próxima legislatura deverá incluir instrumentos diferenciados, alguns deles na sequência da experiência anteriormente acumulada.

Entre eles devem destacar-se: o aprofundamento dos instrumentos de diferenciação positiva das zonas deprimidas; o desenvolvimento das políticas integradas de qualidade de vida das cidades, iniciadas com bons resultados ao longo dos últimos anos; a apresentação de um novo programa de incentivos à fixação de jovens nas cidades; a melhoria das acessibilidades metropolitanas, incluindo o desenvolvimento da utilização e da qualidade dos transportes públicos. Merecem particular destaque a continuação do esforço de melhoria dos indicadores ambientais, através dos investimentos nas infra-estruturas de tratamento de resíduos e saneamento básico, bem como na conservação da natureza.

No domínio territorial continuam a ser prioridades incontornáveis o prosseguimento do investimento na valorização da plataforma atlântica do território continental.

No domínio da coesão territorial, sendo importante a valorização da generalidade das actividades criadoras de emprego e riqueza, duas áreas merecem uma particular referência pela sua estreita ligação ao território- agricultura e as pescas.

Conciliar a agricultura enquanto actividade produtiva moderna e competitiva com o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social constituirá o objectivo central da política agrícola e de desenvolvimento rural a aplicar no quadro de uma Política Agrícola Comum que deverá ser ajustada, com uma postura interventiva de Portugal, visando o

estabelecimento de um maior equilíbrio na repartição dos apoios entre Estados Membros, sectores e agricultores bem como a adopção de novos critérios como a qualidade, o emprego e o ambiente para a afectação dos recursos financeiros comunitários e nacionais.

A Política Agrícola Nacional terá como pilares estratégicos o regadio e a floresta, como prioridades sectoriais as actividades produtivas para as quais temos maiores vantagens comparativas como a vitivinicultura, a olivicultura, a horticultura, a fruticultura, a pecuária extensiva e os produtos tradicionais de qualidade. Constituirão áreas centrais de actuação a organização dos produtores, a expansão dos produtos portugueses no mercado, a diferenciação positiva da pequena agricultura familiar, a qualidade e a segurança alimentar.

O cerne da Política Portuguesa de Pesca deve promover uma actividade pesqueira responsável, em conjugação com o reforço da competitividade do sector, em particular da pesca local e costeira, com a coesão económica e social das comunidades ribeirinhas, com o reforço da organização dos produtores e da formação profissional, da segurança no trabalho e da melhoria gradual das prestações sociais aos profissionais da pesca. Esta política integrará uma postura interventiva de Portugal, no quadro da reforma em curso da Política Comum de Pesca, numa óptica de defesa intransigente dos interesses nacionais.

O ajustamento do esforço de pesca aos recursos disponíveis na nossa Zona Económica Exclusiva, através de uma gestão participada com as organizações do sector, a par do desenvolvimento da aquicultura, do reforço da investigação científica e da defesa dos direitos dos consumidores no que diz respeito à segurança e informação sobre os produtos de pesca serão as outras prioridades da Política de Pesca e Aquicultura.

APERFEIÇOAR A COESÃO SOCIAL

No plano da coesão social, é necessário continuar as políticas que combinam a solidariedade com a responsabilidade. Portugal desenvolveu nos últimos anos uma importante aproximação ao modelo social europeu, sendo dos países da União Europeia que maior crescimento registou na afectação dos seus recursos às despesas de protecção social.

Apesar desta evolução, Portugal continua a ser dos países da União Europeia com debilidades sociais mais graves e com menores recursos relativos atribuídos a esta área.

A afectação de recursos à protecção social não é ainda suficientemente acompanhada pela qualidade dos serviços prestados às famílias e aos cidadãos.

As despesas sociais são já uma componente determinante da despesa pública pelo que o seu crescimento não é decisivo para a melhoria do desempenho das políticas sociais.

A continuação da reforma da Segurança Social deve, neste contexto, continuar a privilegiar os eixos que a caracterizaram nos últimos anos:

- defesa intransigente da universalidade do Sistema Público de Solidariedade e Segurança Social, como pilar básico de coesão;
- promoção de modelos complementares de segurança social;
- aplicação do princípio da diferenciação positiva como instrumento decisivo no apoio às famílias e no combate à pobreza e à

exclusão;

- defesa da sustentabilidade financeira da SS através da adequada solidariedade entre gerações e estímulo à participação da sociedade civil no domínio da contratualização com o estado das políticas de desenvolvimento social.

Aperfeiçoar o nosso sistema de Solidariedade e Segurança Social não significa para o PS imobilismo.

Há que continuar a investir mais intensamente nas políticas de rigor e de combate à fraude e à evasão bem como é necessário que direitos e responsabilidades sejam, cada vez mais, assumidos como componentes indissociáveis da cidadania.

Mas a permanente abertura para a reforma também não pode significar qualquer transigência para com a ofensiva neo-liberal, que pretende pôr em causa o papel fundamental da protecção social pública e para com os ataques conservadores, que pretendem reduzir a uma lógica assistencialista as políticas de combate à pobreza e à exclusão.

Um desafio crescente das políticas de coesão exige prosseguir uma política de imigração adequada às novas realidades, melhorando o acolhimento aos cidadãos imigrantes, combatendo as discriminações nacionais e étnicas e definindo com bases realistas o acesso ao território nacional.

RESTAURAR A CONFIANÇA DOS PORTUGUESES

A prioridade de orientar todas as políticas para restaurar a confiança dos portugueses no nosso futuro colectivo assume uma importância imediata de grande relevo. Sem restaurar a confiança não poderemos aproveitar todas as vantagens decorrentes da plena entrada em vigor do Euro, dos apoios comunitários do III QCA e dos investimentos em infra-estruturas que estão em marcha em Portugal.

São diversas as áreas onde é necessário um reforço claro da confiança dos portugueses. O programa do PS dedicará particular atenção a três áreas: a gestão orçamental, as políticas de segurança e a reforma do sistema político.

Uma gestão orçamental de rigor

No domínio das finanças públicas importa lembrar que Portugal vive hoje no quadro da UEM, e esse facto, propiciador de vantagens notáveis para a estabilidade e o bem estar social, comporta, igualmente, um significativo conjunto de responsabilidades que o Estado e toda a sociedade têm de assumir.

A consolidação orçamental é, seguramente, a maior dessas responsabilidades. Essa consolidação, que identificamos com o objectivo de equilíbrio orçamental em 2004, deve ser prosseguida com determinação, não só porque corresponde a compromissos do estado português, mas igualmente porque os esforços necessários à sua concretização possuem importantes retornos no médio prazo.

Neste contexto, a política orçamental tem de assumir-se como um exercício sério, responsável e disciplinador, consagrando exigentes limites para a despesa corrente primária, uma redução do peso da despesa pública no produto interno mas, ao mesmo

tempo, cumprindo aspectos fulcrais da política económica e social, como sejam a nova Lei de Bases da Segurança Social ou as leis de finanças locais e das finanças regionais.

O prognóstico sobre a evolução da envolvente externa mantém-se reservado. A recuperação poderá vir no final de 2002 ou em 2003 - mas o certo é que as dificuldades não estão ultrapassadas. O programa de estabilidade e crescimento que Portugal tem de assumir pressupõe essa leitura cautelosa sobre a evolução da realidade. Uma atitude prudente aconselha um forte investimento público reprodutivo (e insiste-se nesta exigência ligada à eficiência da despesa), uma execução intensa dos programas de financiamento comunitário e um combate justo e sem tréguas contra a fraude e evasão fiscais, com uma modernização efectiva da administração fiscal.

O Programa do PS integrará os nossos compromissos para esta área nomeadamente: a proposta de uma lei de estabilidade orçamental que permita uma solidariedade na disciplina e no rigor entre sub-sectores do Sector Público Administrativo (SPA); a consolidação dos sistemas de controlo da despesa pública; o lançamento da simplificação e estabilização do sistema fiscal, com o apontar para um código único do imposto sobre o rendimento e as mudanças relativamente à tributação sobre o património e sobre o automóvel.

Esta é uma área que não pode prescindir de verdadeiros acordos de regime estáveis que permitam limitar, de facto, a despesa corrente primária, que possibilitem controlar a eficiência das despesas sociais ou que garantam a eficiência do sistema fiscal e a modernização da administração tributária. Por outro lado, importa renovar, de forma clara e frontal, no que respeita à qualidade da despesa pública, nomeadamente em áreas onde o impacte orçamental é mais rígido e intenso.

Apresentaremos, portanto, propostas concretas nomeadamente na área da saúde, em domínios como o reforço da contratualização com os hospitais ou como a generalização da prescrição médica por nome genérico.

Apresentaremos propostas concretas no domínio das responsabilidades do Estado nas empresas de capital público, nomeadamente na área dos transportes, num sentido duma profunda racionalização da sua gestão e eventual privatização ou concessão de componentes desse serviço público.

Uma política de segurança reforçada

A restauração da confiança passa, igualmente, por responder ao sentimento de insegurança de certos segmentos sociais, adaptando a política de segurança às necessidades dos cidadãos e reforçando as exigências de civismo da população e das forças policiais.

Para além dos ganhos indirectos que as políticas económicas e sociais induzem no domínio da segurança, importa continuar um esforço de investimento no sistema de segurança, reforçando a qualidade dos recursos humanos do sector e promovendo a integração dos seus vários sub-sectores por forma a inverter o clima existente.

A experiência positiva de reforço selectivo da intervenção preventiva como o desenvolvido no programa "escola segura" deverá ser alargado a outras áreas, nomeadamente as associadas à sinistralidade rodoviária.

Este problema, de significativa sensibilidade, exigindo aperfeiçoamentos no quadro legal e orgânico, bem como um forte investimento educativo, deverá ser igualmente abordado pelo reforço da presença fiscalizadora e por um maior rigor na verificação do cumprimento da lei.

A reforma do sistema político

A reforma do sistema político tem de desempenhar um papel chave na renovação da confiança dos portugueses no nosso futuro. O programa do PS deve, de forma clara, afirmar os princípios que assumiremos no debate nacional e parlamentar que tem de viabilizar essa reforma.

Uma democracia madura deve ser sustentada em mecanismos que garantam ao país, em simultâneo, governabilidade, representatividade da diversidade de opiniões e qualidade da relação entre eleitores e eleitos, bem como um equilíbrio adequado entre os níveis de responsabilidade e que por isso tomadas as decisões relevantes para as pessoas.

A nossa opção semipresidencialista continua a ser a mais adequada para Portugal e demonstrou corresponder ao equilíbrio necessário entre parlamento, governo e Presidente da República.

Ao nível do parlamento, urge concretizar uma reforma, quer do seu modo de eleição, quer do seu funcionamento. O parlamento é o coração do sistema democrático e tem por isso que ser respeitado e dignificado. Nele se devem confrontar ideias e projectos, construir maiorias e alternativas, apurar convergências e rupturas.

É nossa convicção que devemos manter o sistema proporcional nas eleições para a Assembleia da República, mas que devem ser encontradas formas de exercício mais personalizadas dos mandatos, daí que defendamos a adopção de um sistema eleitoral proporcional de representação personalizada, o chamado "sistema misto". Assim, a vontade dos eleitores será respeitada porque o sistema será mais proporcional que o actual e aproximadamente metade dos deputados serão eleitos em círculos uninominais, garantindo aos eleitores maior proximidade aos seus eleitos. O que poderá ser feito, sem perda de proporcionalidade e com uma redução do número de deputados.

Somos defensores de que os cidadãos devem participar das decisões que afectam a comunidade. Daí a nossa adesão à figura do referendo para a decisão em certo tipo de questões. Consequentemente, os referendos devem ser interpretados e respeitados, para além da simples obrigatoriedade jurídica. Julgamos que apenas se deve voltar a colocar a referendo uma questão que já tenha sido referendada quando houver razões suficientemente sólidas para crer que há, ou novos elementos, ou uma alteração substancial do estado da opinião sobre o tema.

A necessidade de reforma abrange também as funções executivas, pelo que somos favoráveis



à fixação de limites aos mandatos dos órgãos executivos.

O mesmo problema de participação e da busca do melhor mecanismo de controlo democrático deve estar presente na definição do nível administrativo a que devem ser tomadas as decisões.

As autonomias regionais e o poder local são grandes construções do sistema democrático, que contrabalançam uma tendência demasiado centralista que herdámos do modelo de administração autoritário. **Nos últimos governos do PS foram criadas condições novas para essa descentralização. Foram cumpridas as leis de financiamento existentes, ao contrário do que reiteradamente ocorrera no passado e foram aprovados novos regimes financeiros mais favoráveis às autonomias e às autarquias locais.**

Somos defensores de que o país deve seguir a via da descentralização, cientes de que os portugueses rejeitaram recentemente a regionalização administrativa do continente e de que se atingiu um patamar de transferência de recursos que terá agora que ser mantido, num quadro exigente de responsabilização de todos pelo rigor orçamental. Pelo que nos devemos concentrar no conteúdo do aprofundamento das autonomias regionais e no progresso da descentralização de competências para o poder local, bem como nos mecanismos de controlo da comunidade sobre a eficiência de toda a despesa pública.

Também uma reforma do sistema eleitoral para as autarquias locais deverá contribuir para que estas se adaptem aos novos desafios da gestão local, melhorando a eficácia dos executivos locais, sem prejuízo do reforço dos mecanismos de controlo do exercício do poder através das assembleias municipais.

UM GOVERNO DE MISSÃO PARA GOVERNAR PORTUGAL

Faremos um contrato claro com o país, mobilizador e realista, que fixará as metas a cumprir e os meios para atingir os objectivos a alcançar. Um contrato realista e exigente no que diz respeito ao Estado, mas não menos exigente no que diz respeito aos deveres e aos direitos dos cidadãos e das organizações.

Formaremos um Governo de missão, mais pequeno, à semelhança dos países europeus mais desenvolvidos, e reforçaremos a articulação e o trabalho conjunto, sistemático, do Governo com a própria Administração Pública.

Faremos um Governo de missão para o desenvolvimento do país e contamos com o contributo de todos e apelamos à colaboração de todas as competências. A responsabilidade de funções públicas, a todos os níveis, deve, acima de tudo, significar competência e

capacidade. Seremos um governo aberto à sociedade e às capacidades de todos, sem favoritismos políticos: trata-se de escolher os melhores. Apelamos para o sentido de missão de todos os profissionais competentes e dedicados para nos ajudar a combater, em todos os sectores, a permissividade que ainda persiste como inegável factor de atraso na sociedade portuguesa.

Defendemos que o desenvolvimento nacional exige uma cultura da avaliação e da qualidade, baseada na probidade e na competência, e assente no saber. Defendemos que se deve avaliar sempre, não por referência a metas desadaptadas ou impossíveis, mas em relação a uma aferição baseada sistematicamente em práticas correntes de outros países — precisamente daqueles que reconhecemos como mais desenvolvidos e que queremos legitimamente emular.

Há que garantir o direito de recurso e de resposta, a independência dos avaliadores, o realismo e a pertinência dos critérios, a sua comparabilidade nacional e internacional, assim como a divulgação pública dos resultados das avaliações. Não basta avaliar ocasionalmente. É preciso fazê-lo sempre. É indispensável que se conheçam e se expliquem claramente os resultados e as consequências das avaliações efectuadas. Tudo faremos para o conseguir.

UMA MAIORIA PARA A ESTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO

A afirmação de uma opção de esquerda democrática moderna, empenhada plenamente na integração europeia e na combinação competitividade/coesão, que é património histórico do socialismo democrático, não pode nem deve ser questionada.

O que está em causa é a nossa capacidade de combinar a autonomia estratégica do projecto político do socialismo democrático com a prioridade à governabilidade do país.

Foi com esta opção que o PS se apresentou aos portugueses, e com ela conseguiu uma sólida base eleitoral. A derrota de 16 de Dezembro não se deve a termos seguido esta opção, mas às nossas insuficiências na sua concretização. O PS dirige-se a toda a sociedade e, no plano político, como sempre, dirige-se à esquerda e ao centro.

O PS deve apresentar-se ao eleitorado para obter a confiança dos portugueses e deve apresentar-se consciente dos limites que maiorias simples encerram. Mesmo a maior maioria simples possível colocou problemas de governabilidade que estão à vista, a cuja responsabilidade não nos eximimos, mas que resultaram também da falta de sentido de Estado que a oposição revelou em momentos cruciais para o país.

Devemos pois pedir aos portugueses uma maioria para formar governo. Lutaremos por uma maioria absoluta. Procuraremos as convergências necessárias, interpretando os resultados que obtivermos e os das restantes forças partidárias. Quaisquer entendimentos parlamentares que venham a colocar-se, apenas são admissíveis para o PS, com quem se reconheça na opção europeia de Portugal, aceite a política de rigor orçamental e apoie o Programa de Estabilidade e Crescimento, bem como esteja disponível para defender a reforma da Segurança Social e a melhoria sustentada dos níveis de protecção social, incluindo a existência do RMG.

UM PARTIDO MAIS ABERTO, MAIS DEMOCRÁTICO E MAIS EXIGENTE

As boas democracias pressupõem partidos fortes. Não estamos contentes com a evolução da qualidade democrática da vida interna do Partido Socialista nos últimos anos.

A abertura ao exterior que se conseguiu em momentos como a Convenção da Esquerda Democrática, primeiro, e os Estados Gerais para uma Nova Maioria, depois, não perdurou o suficiente nem influenciou de modo satisfatório a dinâmica partidária. Os vários níveis de decisão não foram suficientemente valorizados, nomeadamente em todos os níveis que não o das estruturas executivas.

É imperioso retomar o investimento nas ideias. Se escasseia a discussão livre abre-se o terreno ao absolutismo ideológico do «politicamente correcto», a breve prazo do maniqueísmo. Os órgãos de reflexão do PS têm que cumprir a função de debate de ideias para que foram criados e não a de locais do ritual pré-determinado pelo controlo administrativo, sem deixar espaço ao debate e à crítica.

Devemos proceder a uma análise e não a um exorcismo de como estas tendências renascem permanentemente nos partidos democráticos e de como as podemos combater de modo eficaz. Tenho a visão de um partido centrado nas ideias, aberto ao espaço de opinião em que se insere, dialogante com a sociedade civil e preocupado com a melhoria dos níveis de bem-estar das pessoas e de qualidade da participação cívica democrática. Tal deve reflectir-se na nossa acção imediata e na definição de uma estratégia para a renovação profunda do funcionamento partidário.

No plano imediato, o PS tem que estar preparado para defender as ideias que, simultaneamente, impulsionem a modernização do país e mereçam o apoio dos portugueses. O que significa que devemos concentrar o debate com a sociedade civil e dentro do partido no nosso programa para uma maioria renovada, através de iniciativas locais e nacionais, internas e abertas aos cidadãos que se reconhecem no nosso projecto, que terá na próxima Convenção nacional um

momento privilegiado. Quero que essa convenção seja o momento de um debate sério, liberto de discussões de organização e de fulanizações, sobre as ideias com que nos apresentaremos aos portugueses nas próximas eleições. Não é o momento de debater estruturas ou de enfrentamentos pessoais, é o momento de recuperar o tempo perdido na renovação da maioria que defendemos.

Ao candidatar-me a Secretário-Geral, assumo as minhas responsabilidades pela dinamização do nosso projecto. Para que possamos ter sucesso, é fundamental que todos, a todos os níveis, o façam também. É-nos exigido um grande esforço num curto espaço de tempo. É nossa responsabilidade colectiva que os nossos comportamentos individuais estejam à altura desse esforço e não criem dificuldades objectivas à obtenção dos resultados necessários.

Um papel destacado neste debate e neste combate cabe à Juventude Socialista, não apenas pela sua capacidade de unir os socialistas nos momentos mais difíceis, mas principalmente, porque ela desempenhará um papel fundamental no enriquecimento e actualização do programa do PS para as questões da juventude.

Igualmente as mulheres socialistas terão uma contribuição de relevo para a renovação do nosso programa, participando de forma empenhada para aprofundar aquele que tem sido um combate identitário do nosso partido: a afirmação crescente da igualdade de oportunidades em todos os domínios económicos, políticos e sociais. Sendo esta uma tarefa de todos nós, a elas cabe um papel catalisador de que não podemos prescindir.

Não podemos ceder a qualquer tentação de menosprezar de novo o funcionamento do partido. Por isso convocarei, a seguir às eleições, sejam quais forem os resultados, um congresso para discutir tudo, dirigentes, estruturas, formas de organização, mecanismos de concepção de projectos políticos, relacionamento estrutural entre o partido e os independentes.

A minha visão do papel do Partido Socialista como pólo central da esquerda democrática moderna, em torno do qual se constroem as alternativas políticas do centro-esquerda e da esquerda com futuro, impõe-me, e aos socialistas, a responsabilidade de trabalhar para um PS sempre mais aberto ao seu espaço político, mais dinâmico, mais eficaz, gerador de novas ideias, na renovação do nosso compromisso de sempre com a modernização económica, social e política do país.

É esse o meu compromisso com os socialistas e será esse o meu compromisso com os portugueses.

1º Subscritor
Eduardo Ferro Rodrigues

MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO GLOBAL

1. Introdução

A demissão do Secretário Geral do PS surpreendeu os militantes, os eleitores e o País. Durante a Campanha eleitoral autárquica, muitas vozes se fizeram ouvir no sentido de separar e limitar os efeitos de qualquer resultado negativo para o PS no plano da acção Governativa. Só o PSD, no seu legítimo papel de partido que lidera a oposição ao Governo, defendeu um cartão vermelho, por parte dos eleitores.

António Guterres concedeu, no limite, que um mau resultado dos autárquicos deveria ser interpretado, por si próprio, como ocasião de melhorar a prática de governo do PS. Só pode falar-se por isso, de surpresa absoluta quando António Guterres na noite das eleições de 16 de Dezembro, comunicou ao País a sua intenção de apresentar a demissão ao Presidente da República. É legítimo pensar que a decisão estava previamente assumida para um cenário de derrota eleitoral, o que explicaria o envolvimento, inédito, do Primeiro Ministro nas eleições autárquicas.

É, para os socialistas, muito penalizador confundir o plano da eleição local com a prática do Governo – como sucessivamente foi afirmado por alguns candidatos do PS receosos dos efeitos dessa confusão. Mas é ainda mais penalizador para o PS que o Secretário Geral faça uma leitura prévia da situação política pós-eleitoral e decida um cenário de auto – afastamento que lança o País num novo período de incerteza e instabilidade no momento particularmente crítico da introdução do Euro.

• 0 que explica tão drástica decisão?

O PS governa o País há seis anos. Os primeiros quatro foram conquistados na base de uma maioria relativa nas eleições de Outubro de 1995, quando os Portugueses saíram da segunda maioria absoluta do PSD, com uma sensação de completa insuportabilidade política e social. Foram anos de afirmação das reformas emblemáticas dos socialistas, a da generalização do ensino pré-escolar e a da criação do rendimento mínimo garantido.

A reconfirmação do PS como partido que deveria continuar a governar o País aconteceu nas eleições legislativas de 1999, mas sem maioria absoluta. O PS teve exactamente metade dos mandatos, 115 em 230. Situação de empate com as oposições. Poderia ter-se lido este empate como uma nova oportunidade para as reformas de que o País carece e ainda se encontram plasmadas em relatórios de sucessivas comissões e grupos de trabalho de que são exemplo flagrante a reforma fiscal, a saúde e a Administração Pública. Não foi assim. O primeiro orçamento deste segundo Governo do PS era uma oportunidade para apreciar a disponibilidade das oposições, tanto mais que se iniciava em Janeiro de 2000 o semestre da presidência portuguesa da União Europeia. Estava preparada a base para o lançamento da reforma fiscal. Foi desaproveitada esta oportunidade.

A presidência portuguesa gerou um afastamento do Primeiro Ministro da condução do Governo que se veio a revelar, também, num afastamento irreversível dos Portugueses, em

termos afectivos. O segundo orçamento do segundo Governo do PS não recolheu qualquer apoio dos partidos em representação parlamentar vindo a ser aprovado com o voto do Deputado Campelo. Esta situação constitui a segunda oportunidade perdida do segundo Governo. Os Portugueses reagiram mal à aprovação dum orçamento que não tinha ainda qualquer ligação com as reformas estruturais e que deu a impressão de ter sido viabilizado num quadro negocial de marginalização do parlamento, em que as reivindicações locais de um autarca foram elevadas à categoria de medidas de desenvolvimento integrado e de esteio da governabilidade do País.

Do segundo para o terceiro orçamento caiu a prometida reforma fiscal à esquerda e ficou o mesmo Deputado Campelo como suporte do Governo com a coincidência do discurso sobre o desenvolvimento do mundo rural. Tivemos, ainda, dois orçamentos rectificativos. Perdeu-se a confiança num sector-chave do Governo e na sua capacidade de reformar a Administração Tributária.

É com este quadro que o PS chega às eleições autárquicas de 16 de Dezembro. A qualquer um dos muitos militantes socialistas, se solicitado a participar criticamente nesta retrospectiva simplificada da acção governativa, não custará responder que já não havia margem para outro Orçamento de Estado, aprovado no mesmo contexto singularizado da valorização efectiva do Deputado em círculo, o Deputado Campelo, como se em círculo uninominal tivesse obtido a sua legitimação. A qualquer militante socialista solicitado a reflectir criticamente o quadro governativo criado com a aprovação do terceiro orçamento do segundo Governo, não surpreenderá a falta de margem de manobra do Secretário Geral na situação criada, ao fim de seis anos de mandato, acumulando as funções de Primeiro Ministro.

A nossa candidatura não apresenta, para já, um Candidato a Primeiro Ministro. Apresenta, apenas um Candidato a Secretário Geral do Partido Socialista. Recusamos a ideia da ligação rígida entre as duas situações. Queremos, com a nossa Candidatura, propiciar ao Partido as condições de apreciação de como degenerou mais uma experiência governativa e tirar as consequências internas para uma remobilização da esperança em torno dos objectivos que materializam os valores programáticos do Socialismo Democrático.

1.1. O PS que queremos

O Partido Socialista foi dispensado de participar nas decisões que mais lesaram a sua imagem junto aos eleitores. A discussão interna foi desaparecendo à medida que o tempo de governo se foi estendendo. E é natural algum abrandamento numa fase inicial em que muitos quadros são chamados a funções de responsabilidade. Mas com o PS, desde o fim de 1995, aconteceu algo muito perverso. Discutiu-se publicamente na base de um questionável *"no jobs for the boys"* a ocupação de cargos na Administração e nas empresas públicas, por militantes socialistas.

Conseguiu o PSD não só consolidar a base dos

seus dez anos de Governo, como alargá-la com a legitimação pública da crítica à nomeação de quadros do PS.

Conseguiu o PSD ganhar posições muito significativas na esfera empresarial, a troco de alguma maior presença do PS em cargos da Administração Pública. Conseguiu o PSD condicionar tanto o PS que o próprio Governo alargou a base de não filiados no PS para satisfação das exigências do PSD. O PS foi conduzido à situação de partido sem quadros, partido sem valores, foi descapitalizado na opinião pública a um ponto que tornou pesado, para os quadros socialistas, continuarem a afirmar a sua condição de militante. O PS foi posto na prateleira.

Assim não admira que tenha fenecido a vida nas secções do Partido. Como não admira que se tenha instalado o unanimismo nos órgãos dirigentes.

As estruturas de juventude foram neutralizadas num Congresso desastroso, em que a legitimação da nova equipa não apareceu evidente para a opinião pública.

Como pedir ao PS, nestas circunstâncias, que estivesse mobilizado para as eleições locais de 2001? Esteve, em cada Concelho do País, mobilizada a equipa candidata aos órgãos locais, quando esteve. Porque nalguns pontos onde aconteceram surpresas nos resultados, a primeira explicação tem de encontrar-se internamente, na obstrução dos próprios militantes socialistas para o trabalho eleitoral autárquico. Não queremos ser injustos para com ninguém mas a objectividade de algumas situações é inquestionável, designadamente onde houve públicas dissensões entre socialistas.

Esta leitura exigente que vos propomos. Não a conveniência das interpretações panglossianas que conduziram o PS à modorra e à acomodação distante das preocupações sociais que são o cerne da nossa forma de olhar a vida.

O PS tem de ser capaz de voltar a discutir os problemas do País, para lhes encontrar solução.

O PS tem de ser capaz de encontrar novas formas de encontro e militância que permitam novos ganhos de cidadania e sentido de pertença e participação mobilizadora para os grandes objectivos nacionais neste princípio do século XXI.

Não é com meras abordagens estatutárias que vamos resolver o problema do reposicionamento do PS, face à sociedade portuguesa. A desafeição generalizada, em relação a formas de militância partidária que restringem a independência tão cara ao homem do fim do século XX, veio a ter uma consagração contraproducente na composição dos últimos governos do PS. Dir-se-ia que dávamos razão e primazia à atitude da desvinculação e da não subordinação a regras típicas das organizações hierarquizadas – que são os partidos políticos – com o recrutamento de independentes para os cargos mais relevantes da acção governativa. A democracia parlamentar baseia-se em partidos políticos. É da mais estrita obrigação de todos os partidos políticos uma acção pedagógica sobre o carácter pluripartidário da sociedade politicamente organizada.

Mesmo que alguns pensem em despropósito

chamar à actualidade o período pré - democrático da ditadura de Salazar e Caetano, torna-se cada vez mais evidente em alguns círculos de opinião, a desvalorização do político, da acção política, dos partidos e da instituição parlamentar.

Não temos tantos anos de experiência democrática que nos permitamos desvalorizar o elemento central da mediação nas sociedades democraticamente organizadas, que são os partidos políticos.

O PS não pode cair em tal simplificação absurda por ser contra - natura.

Regressar ao discurso do poder é, por isso, uma obrigação. O discurso do poder que tem que ser assumido, por cada militante, como o discurso da transformação da realidade política, cultural, social e económica do nosso País.

O discurso projectivo do PS, para ser coerente, é sempre um discurso voltado para o homem e para as suas concretas condições de vida. Não pode ser a abdicação. Não pode ser a acomodação. Não pode ser o adiamento. Não pode ser a conciliação imobilista.

Tem de ser a proposta. A sua viabilização eleitoral. A passagem à prática. Nesta simplicidade está todo um programa de remobilização do PS em torno do Socialismo Democrático como proposta à Sociedade Portuguesa. Proposta que tem o sal da vida que é a solidariedade entre os trabalhadores e os proprietários do capital, entre os mais jovens e os mais idosos, entre os que têm saúde e os mais dependentes dos cuidados médicos. Não é uma solidariedade banalizada pelo uso sem substância. É a solidariedade que vive nas propostas de acções governativas.

Remobilizar o PS em torno da ideia central de solidariedade, como motor de uma acção governativa, impõe um novo olhar sobre a vida interna do Partido. É absolutamente indispensável dar às estruturas locais e federativas um estímulo de representação das suas preocupações que não estiola na conquista duma posição de aparelho. O Partido tem de ser capaz de reflectir, no seu funcionamento, mais o sentir das estruturas colectivas locais e regionais, do que a opinião individualizada de uns quantos eleitos que tendem a representar-se a si próprios e aos seus interesses de reprodução no poder.

Não se trata aqui de defender um partido em assembleia permanente, de âmbito nacional. Trata-se de corrigir, ao fim de vinte e cinco anos de experiência, com o mesmo modelo estrutural de base, as imperfeições de mediação da opinião dos militantes.

1.2. O actual quadro político/partidário

Num País sem uma consolidada tradição de concertação parlamentar, os partidos da oposição são individualmente relevantes na apreciação das condições de viabilização de projectos de reforma estrutural.

Tem-se vindo a consolidar, após 1987, a ideia de bipolarização entre o PS e o PSD. As últimas eleições autárquicas são mais um elemento de apoio a este percurso.

A obrigação de reformar é, por isso, cada vez mais um mandato que os Portugueses atribuem, ora ao PS, ora ao PSD, como partidos que

lideram soluções governativas de centro – esquerda ou de centro – direita.

Ao PCP e ao CDS-PP como partidos susceptíveis de integrar projectos de governo ou soluções de apoio parlamentar à constituição e suporte de governos, estão reservadas, nas condições actuais, importantes contribuições ideológicas para clarificar o sistema político que o mesmo é dizer contribuir para a reforma do sistema de representação do todo nacional. Ninguém pode substituir-se analiticamente ao percurso orgânico que cada partido vai ter de fazer. Mas é hoje claro que não é o PEV nem o Bloco de Esquerda que podem constituir soluções de apoio à formação de governos. Estamos por isso limitados a governos de maioria absoluta ou a coligações à esquerda ou à direita, com nuances de acordo prévio às eleições, ou não, e exclusiva incidência parlamentar, ou alargados à composição do governo.

O que se passa com o PCP?

Não parece que tenha terminado o processo de ajuste de contas que vem de 1975 e que radicalizou os militantes do PCP e, sobretudo, as suas direcções contra o Partido Socialista. Mais uma vez, a experiência das últimas eleições autárquicas é reveladora deste estado de espírito. A ala reformadora dividiu-se, num momento anterior, dando origem à entrada no PS de alguns quadros, ficando os restantes sujeitos à disciplina do centralismo democrático que foi bem perceptível no último Congresso. Não parece fazer sentido, nem para os que saíram, nem para os que ficaram que o PCP permaneça agarrado a paradigmas de intervenção social e militância política anacrónicos que tendem a conduzi-lo para uma progressiva redução de expressão eleitoral. O que a democracia portuguesa precisa é de uma nova postura de abertura à realidade económica e social do nosso tempo e à inserção europeia de Portugal que conduza o PCP a ser, de pleno direito, parte de soluções governativas e não parte dos problemas que o País tem que resolver.

O que se passa com o CDS-PP?

As soluções governativas em que o CDS-PP participou deixaram má memória. Primeiro, com o PS, no segundo Governo Constitucional e, depois, com o PSD no Governo da Aliança Democrática. Os partidos vão mudando porque o tempo é feito de mudança, na expressão de Camões. Mas o CDS revela, hoje, uma aspiração de liderança da direita que os Portugueses ainda não ratificaram nos votos. E, porque assim é, cresce o desajuste e a dificuldade de objectivar, nas condições actuais, qualquer solução governativa apoiada no CDS-PP.

O que se passa com o PSD?

Após as eleições de 16 de Dezembro, cresce a ambição de regresso ao Governo. O PSD deixou o Governo do País há seis anos, sem ter concretizado qualquer das reformas estruturais que, logo a seguir, começou a pedir ao Governo do PS. É aqui que está o nó górdio da situação portuguesa. Ou o PSD se apresenta aos eleitores com o perfil das suas propostas de reformas estruturais e ganha legitimidade para as fazer sozinho ou o PSD precisa de apoio parlamentar para as realizar. Até hoje, o que tem sido

evidente é que o discurso das reformas estruturais tem um cheiro de instrumento de luta política que é indistigável.

Não se viu, também, até hoje, nas poucas caracterizações de pormenor que foram sendo publicitadas, qualquer consonância entre o PSD e o CDS-PP.

O que resta então ao PSD?

Só pode contar com o PS para algumas das reformas que têm um tempo de execução que não cabe no estrito limite de vida dos governos. Por isso é previsível que os portugueses se interroguem sobre a genuinidade dos projectos reformistas do PSD ou se eles não são mais do que a expressão instrumental duma luta política pelo regresso ao poder, sem consequências práticas.

Diferente será o elenco de ideias – base das reformas e a assumpção da disponibilidade para as consagrar, em quaisquer condições de maioria parlamentar, por acordo que tenha uma reconhecível natureza de suporte ao regime democrático e à projecção de Portugal no seio da União Europeia como parceiro de corpo inteiro e com renovada capacidade de diálogo institucional.

Isto ainda não foi evidente na actual liderança do PSD que tem privilegiado exclusivamente o combate bi-polar para alargar a sua base eleitoral, sem curar de criar as condições de viabilização das reformas estruturais, ou seja, não se tem manifestado disponível para celebrar, perante os eleitores, um verdadeiro compromisso de regime que seja mobilizador de todas as energias nacionais, sem que isso implique o regresso à fórmula de Governo do bloco central.

Em face desta realidade, quais são as nossas propostas para recolocar o PS em vantagem?

1.3. Dar voz aos militantes.

É necessário encontrar a fórmula de participação que consagre a opinião do maior número possível de militantes sem a rigidez e o ritual de estrutura departamental existente. É, por isso, indispensável instalar o princípio do debate alargado a todos os militantes socialistas e a convidados não filiados, de todas as questões que possam considerar-se parte do núcleo fundador das reformas estruturais a protagonizar pelo PS no Governo.

As eleições internas para as secções de residência e de acção sectorial devem decorrer com base em programa próprio para o órgão que está em causa e não constituir uma ocasião de reprodução vertical de uma liderança nacional.

A devolução da verdade e de um funcionamento transparente a estas estruturas é parte essencial da retoma de ânimo ganhador e da identificação do PS com a sua matriz transformadora.

A Juventude é um estrato essencial desta preocupação de verdade e transparência. O PS está sem voz junto dos jovens e isso não significa desadequação da mensagem dos valores do socialismo democrático. Significa a consagração da distância que os jovens têm vindo a ganhar relativamente ao fenómeno político por simples escolha de oportunidade. O discurso político tem de concorrer com os outros discursos que se oferecem aos jovens. O PS, que queremos estará em condições de se dirigir com novo fôlego a estas camadas que

vão chegando à vida e à responsabilidade de partilha de funções na estrutura produtiva e de criação de riqueza.

AS REFORMAS DE QUE PORTUGAL PRECISA

2. Um novo discurso para a economia

O PS conseguiu, em seis anos de governo, ter seis ministros da Economia. No mesmo período, só por comparação com a vizinha Espanha, Aznar só teve um ministro da Economia, Rodrigo Rato.

Que pensar desta dificuldade em fixar uma ideia para um sector vital para o desenvolvimento do País?

Podem atribuir-se significados muito diversos à variabilidade dos titulares, mas é incontestável que um resultado está adquirido: não há uma ideia socialista que possa caracterizar este período de governação! Não temos complexos face ao mercado. Não temos complexos face à presença do Estado em sectores da velha e da nova economia quando, por razões concretas, tal se justifique como modelo industrial mais antigo, para ajudar à transição sem custos sociais incomportáveis. Ou nas áreas de mais forte necessidade de capital com risco associado ao desenvolvimento de projectos inovadores, por óbvia falta de interesse de capital privado.

Podemos e devemos conviver com a iniciativa e o justo retorno para os capitais investidos. Desejamos ter uma economia aberta e competitiva no quadro da União Europeia e no plano transatlântico. Não podemos sucumbir à pressão de comparações artificiais sobre níveis de fiscalidade manipulados para condicionar a acção legislativa do Estado relativamente ao estabelecimento económico e à justa participação na distribuição do rendimento nacional. É com coesão social que olhamos o devir económico. Não cabe no nosso olhar uma sociedade de violência organizada sobre os mais fracos. Com o PS, os empresários podem empreender em segurança. Mas não podem alienar a sua própria função social. Com o PS, a economia pode ter uma aceleração para a valorização competitiva. Mas no quadro de valores que confere ao homem o lugar central em toda a produção de bens e serviços.

Com o PS haverá espaço para a internacionalização da nossa economia. Mas sem cedências ao perfil secundário de sub-contratação e da prestação subsidiária de serviços.

Queremos uma afirmação, sem complexos, no contexto da economia de mercado sem deixar que resvalemos para uma sociedade de mercado.

Connosco, o PS vai estar confrontado internamente, com estes temas para ganhar consistência programática numa abordagem sectorial da economia que nos leve a ganhar consonância crescente com os agentes empregadores e com todas as expressões orgânicas do mundo do trabalho

2.1. Reforma Fiscal

Os Portugueses têm consciência de que falta fazer uma reforma fiscal que traga para dentro do sistema os rendimentos que se têm protegido numa opacidade oportunista e nacionalmente incompreensível. É, de igual modo, necessário fazer um esforço de

modernização da administração tributária, olhando para o universo dos contribuintes potenciais como fonte e oportunidade para melhorar a coesão nacional, trazendo, desta forma, ao processo fiscal os rendimentos da propriedade.

2.2. Segurança e defesa

O ano de 2001 foi revelador das condições de fragilização do estado democrático às acções dos grupos terroristas. O PS, sem sucumbir ao discurso securitário que se instalou após o atentado de 11 de Setembro, tem de promover uma nova atitude junto dos cidadãos para as questões da segurança urbana e das infra-estruturas essenciais ao abastecimento do país. Há uma resposta urgente a dar a estas questões. Tem de ser melhorada a atitude do estado e das empresas no que respeita à segurança das infra-estruturas.

Na defesa nacional perdeu-se muito tempo com a reforma do equipamento das forças armadas. Está na hora de reediscutir o conceito estratégico de defesa nacional, à luz dos riscos e ameaças que impendem sobre o nosso território e das forças armadas que queremos para lhes dar resposta. Com o fim do serviço militar obrigatório estão criadas condições para reorganizar a presença territorial das forças armadas, permitindo uma racionalidade nos custos de funcionamento, libertadora de meios para o reequipamento. Deve ser promovido um debate que seja público sobre o novo conceito estratégico de defesa nacional, de forma a permitir aos portugueses um consenso alargado sobre missões e meios das nossas forças armadas. Igual consenso deve ser atingido na hipoteca das nossas forças armadas a missões de paz e de apoio humanitário a populações e cidadãos, no quadro das organizações internacionais das quais Portugal faz parte, designadamente a Nato e a União Europeia.

2.3 Saúde

A reforma da saúde tem vindo a ser sucessivamente adiada por razões muito pouco compreensíveis para o cidadão comum. A forte presença do estado na administração e no funcionamento das estruturas hospitalares e de assistência do SNS, bem como uma obrigação constitucional do Estado quanto ao financiamento do SNS, não pode impedir o PS de estar aberto ao desafio de modernização das estruturas e dos modos de funcionamento de serviços médicos e da rede hospitalar. O PS tem de ser capaz de avaliar o nível de rigidez que atingiu a despesa com a saúde e levar aos eleitores um novo pacto em que o estado, os cidadãos, os médicos, os enfermeiros e as administrações dos estabelecimentos se reconheçam num compromisso mínimo para alvar o essencial de um sistema de saúde garantido pelo Estado, com o apoio diferenciado dos cidadãos em função do respectivo rendimento.

2.4. Segurança social

Adquirida a reforma do Rendimento Mínimo Garantido e aprovada uma nova lei de bases da segurança social, poderia parecer que estão feitas as reformas estruturais nesta área. Não tendo havido consensos parlamentares alargados, o PS tem consciência de que há novas etapas para percorrer, designadamente



na diversificação dos esquemas de financiamento de pensões, num quadro de garantia de manutenção da responsabilidade do Estado pela componente pública da segurança social e num quadro de flexibilização de opções de reforma como vector instrumental de melhoria de oferta na economia.

2.5 Educação

Está adquirida a reforma estrutural da extensão do ensino pré primário a todo o país. Mas é perceptível a preocupação das famílias com a qualidade da educação e do ambiente que se vive nas nossas escolas. O PS deve promover a apreciação pública de novas ideias de projecto e reforma dos ensinos básico e secundário, não reduzindo à dialéctica público privado o destino das reformas neste sector vital para o futuro do país. O PS tem convicção sobre a sobrevivência da cultura portuguesa no mundo, na base da língua e trabalhará pela melhoria constante da difusão da língua portuguesa nos cinco continentes. O PS assume que em relação ao ensino superior é essencial promover, sustentadamente, mecanismos de avaliação seja a da qualidade dos estabelecimentos e do ensino que neles é ministrado.

2.6 A Justiça

Não está feita a reforma da justiça embora seja, indiscutivelmente, um dos sectores de maior sucesso reformador. Desde a promoção da informatização dos serviços; até à simplificação de processos de funcionamento, passando pelo investimento em novos e melhores equipamentos, o sector da Justiça carece,

ainda, de uma vontade política clara, rumo a uma melhor inserção europeia de Portugal

2.7. Administração pública

A reforma da administração pública não tem fim. É um processo permanente que não teve excepção nas experiências governativas do partido socialista. Falta descentralizar mais e desconcertar mais a administração do Estado. Falta encontrar um modelo de articulação legitimado democraticamente, entre a administração central e a administração local. O nível intermédio que existe não serve as preocupações de uma administração regional que articule os níveis de competências municipais com as exigências dos problemas supra municipais. O PS não desiste de trabalhar por uma administração pública mais eficiente, mais respeitadora dos direitos de cidadania activa dos cidadãos, e, por isso mesmo, mais sujeita ao escrutínio final dos próprios cidadãos.

3. As reformas institucionais

O PS candidatou-se às últimas eleições gerais com um projecto em que se incluía a reforma da lei eleitoral e onde se assumia como elemento – chave a criação de círculos uninominais.

Com a experiência Campelo, o País tem pouca disponibilidade para dispersar a vontade parlamentar por círculos uninominais. É preciso reconhecer que na situação presente de Portugal, mais do que fragmentar, é necessário criar condições de concertação parlamentar para viabilizar as reformas de fundo de que o País carece.

Connosco, a reforma do sistema eleitoral não

passa, prioritariamente, pela criação dos círculos uninominais. A aproximação dos eleitores aos eleitos pode ser conseguida com novas formas de responsabilização dos deputados perante os seus círculos, na base de estruturas descentralizadas de acompanhamento e informação das iniciativas legislativas e do seu destino.

A reforma do sistema político vai ter de contar com novos mecanismos de viabilização legislativa que poderá conduzir à criação de uma segunda câmara, com a redução corresponsiva da actual, de modo a que, no conjunto das duas câmaras, não se inflacione a representação política do país.

Esta é, provavelmente, a reforma que mais falta faz nas condições de impasse institucional em que se vive.

No plano da Administração Local, a reforma que acaba por ser induzida pelas sucessivas experiências de gestão autárquica aponta para a inevitável consagração em lei de executivos homogéneos, bem como para a institucionalização do princípio da limitação dos mandatos. A abstenção que atinge, de forma estável, a fasquia dos 40%, exige que se tenhamos em atenção esta frente de reformas do sistema político.

A Administração Regional do Estado está emperrada na falência política da regionalização, por referendo.

Não adianta forçar um novo referendo, quando não houve ainda tempo para os cidadãos avaliarem da necessidade ou não de mudar de opinião. O que é importante é sublinhar que o quadro de partilha de competências entre a Administração Local e Regional carece de ser reajustado face à necessidade emergente de

transferência de novas competências da Administração Central para o escalão regional. Só num quadro revisto, com uma filosofia de subsidiariedade transmitida nível a nível da Administração, é possível racionalizar, num prazo realista, a malha de competências do Estado sem introdução de novas ineficiências ou bloqueamentos.

Não cabendo ao estado moderno a produção de bens que o mercado realiza com vantagem na esfera priva da economia, Há ainda um sector empresarial do estado que vai ter de ser encaminhado para o mercado. O PS levou por diante, com êxito, um programa de privatizações muito significativa que teve um papel essencial no esforço de modernização do país. O estado não deverá sair, por inteiro, de empresas encarregadas de serviços públicos essenciais ou de carácter estratégico e o próximo programa de Governo deve clarificar os sectores e as participações de capital, a garantir pelo estado, de forma a viabilizar a reestruturação da propriedade industrial pública dada a fase de acentuada deliberação dos mercados o que faz sentido é que redução de capital do Estrado seja subordinada a uma avaliação de sector a sector de forma a garantir a sustentabilidade das empresas nacionais à medida que o Estado perde posição proprietária sobretudo em sectores de monopólio ligados à prestação de serviços e redes devem ser criadas ou consolidadas experiências de regulação independente para assegurar aos cidadãos a qualidade dos serviços e a protecção contra abusos de posição dominante.

1º Subscritor
Paulo Penedos

Convenção Nacional do Partido Socialista

Coliseu dos Recreios
Lisboa, 26 de Janeiro de 2002

